

AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - DF

Estudo Técnico Preliminar 78/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 48051.011052/2025-07

2. Descrição da necessidade

A Agência Nacional de Mineração – ANM identifica como necessária a contratação de **3 (três) serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia**, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para atuação nas unidades de **Brasília/DF, Vitória/ES e Belo Horizonte/MG**, com o objetivo de assegurar a continuidade, a regularidade e a qualidade das ações institucionais de acolhimento, atendimento psicossocial, promoção da saúde mental e suporte técnico às políticas de gestão de pessoas da Agência.

Os serviços atualmente vêm sendo executados por empresa contratada no âmbito do **Processo SEI nº 48051.002320/2023-20**. Contudo, conforme registrado no **Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 1616/2025**, a empresa prestadora manifestou formalmente **desinteresse na manutenção do vínculo contratual**, inviabilizando a prorrogação do ajuste e configurando **risco concreto e iminente de descontinuidade** dos serviços de apoio psicossocial atualmente ofertados pela ANM.

A eventual interrupção desses serviços especializados comprometeria de forma significativa o acompanhamento psicossocial dos servidores e colaboradores da Agência, impactando diretamente ações institucionais de **prevenção de agravos à saúde mental**, promoção da qualidade de vida no trabalho, suporte emocional em situações de vulnerabilidade e acompanhamento de casos sensíveis. O DFD supracitado destaca que a ausência desses serviços acarretaria **desassistência imediata**, com potencial agravamento de quadros emocionais, prejuízos às ações preventivas e **aumento do risco de afastamentos laborais**, além de impactos negativos no clima organizacional, razão pela qual a demanda foi classificada como **prioritária** pela área técnica requisitante.

Registre-se, ainda, que a necessidade da contratação encontra-se **alinhada ao Plano de Contratações Anual – PCA 2026**, conforme atestado no **Despacho nº 184512/GELICS/2025**, o qual reconhece a necessidade institucional de manutenção e ampliação dos serviços, ajustando o objeto originalmente previsto para contemplar, além da unidade do **Espírito Santo**, os serviços a serem prestados nas unidades de **Brasília/DF e Belo Horizonte/MG**, anteriormente não incluídas na previsão inicial do PCA. Tal alinhamento evidencia que a demanda decorre de planejamento prévio e **encontra respaldo no planejamento estratégico** de contratações da Agência.

A iminente descontinuidade do serviço, aliada ao fato de que a ANM **não dispõe de quadro próprio suficiente de profissionais de psicologia** para atender de forma contínua e adequada às demandas institucionais, configura um problema relevante, de caráter permanente e com impacto transversal sobre a força de trabalho da Agência. Ressalte-se que os serviços de apoio administrativo especializado em psicologia não se restringem a atendimentos individuais, abrangendo também ações preventivas, atividades educativas em saúde mental, apoio em situações de crise, encaminhamentos responsáveis e participação em programas institucionais de saúde e qualidade de vida no trabalho, compondo um conjunto de ações indispensáveis à gestão de pessoas e à saúde ocupacional.

A relevância e a urgência da contratação foram igualmente reconhecidas pela **Superintendência de Administração e Finanças**, que determinou o prosseguimento do planejamento da contratação, com a formalização das análises técnicas e definição das estratégias adequadas, em consonância com os normativos vigentes e com a **Ordem de Serviço de Planejamento nº 18621790/2025**, que instituiu a equipe responsável pela elaboração dos artefatos da fase preparatória.

Nesse contexto, a solução para o problema identificado demanda a contratação de **empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo em psicologia**, de forma contínua, regular e estruturada, assegurando que os servidores e colaboradores da ANM tenham acesso a atendimento qualificado, ético, sigiloso e tecnicamente adequado, em observância às normas do Conselho Federal de Psicologia e à legislação aplicável à Administração Pública Federal.

A continuidade dos serviços de apoio psicossocial representa medida **indispensável à preservação da saúde mental**, à prevenção de agravos, à redução de afastamentos, ao fortalecimento do clima organizacional e ao cumprimento dos deveres institucionais da ANM relacionados à promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho. Assim, a contratação apresenta **interesse público plenamente justificado**, ao apoiar a força de trabalho da Agência, promover eficiência administrativa e contribuir para o desempenho regular, seguro e sustentável de suas atividades institucionais.

Dessa forma, a adoção de nova contratação, diante da impossibilidade de prorrogação do contrato vigente, mostra-se **necessária, proporcional e alinhada** às diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, do **Decreto nº 10.947 /2022** e às boas práticas de governança recomendadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, configurando providência essencial para a continuidade dos serviços e para a adequada proteção da saúde mental no âmbito da ANM.

Por fim, ressalta-se que o objeto da presente contratação enquadra-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, uma vez que os serviços de apoio administrativo especializado em psicologia apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação usual no mercado, não demandando soluções técnicas singulares ou metodologias exclusivas.

A natureza intelectual da atividade não afasta o enquadramento como serviço comum, conforme entendimento consolidado na Administração Pública.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gerência de Saúde e Qualidade de vida no trabalho	Aline Fernandes das Chagas

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação de serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deverá observar um conjunto de requisitos técnicos, operacionais, legais, organizacionais e de sustentabilidade, considerados necessários e suficientes para assegurar a continuidade, a qualidade e a efetividade das ações de acolhimento psicossocial, promoção da saúde mental e suporte institucional desenvolvidas pela Agência Nacional de Mineração – ANM.

Os requisitos ora estabelecidos decorrem da análise integrada da experiência administrativa precedente, dos elementos constantes do Estudo Técnico Preliminar nº 60/2023, do Documento de Formalização da Demanda nº 1616/2025, das diretrizes institucionais de saúde e qualidade de vida no trabalho, bem como das orientações normativas aplicáveis à fase de planejamento da contratação, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022. Constituem, assim, o escopo mínimo indispensável para a adequada caracterização da solução e para a seleção da alternativa mais vantajosa à Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, da eficiência, da motivação e do interesse público.

A solução a ser contratada deverá contemplar a disponibilização de serviços especializados de apoio administrativo em psicologia, compreendendo atendimentos psicoterapêuticos individuais e coletivos, nas modalidades presencial e remota, de modo a assegurar a continuidade dos serviços atualmente prestados e evitar desassistência decorrente da impossibilidade de prorrogação do contrato vigente. Trata-se de requisito diretamente vinculado à essencialidade do serviço, uma vez que o apoio psicossocial ofertado pela ANM contribui para a prevenção de agravos à saúde mental, para a melhoria do clima organizacional e para o suporte emocional de servidores, colaboradores e anistiados, especialmente nas unidades de Brasília/DF, Belo Horizonte/MG e Vitória/ES, onde a demanda apresenta caráter permanente.

Os serviços deverão ser executados por profissionais com formação superior em Psicologia, registro ativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP e pós-graduação lato sensu, reconhecida pelo Ministério da Educação, em áreas compatíveis com as atividades de apoio administrativo especializado em psicologia. Para fins desta contratação, admitem-se, entre outras formações correlatas, as especializações em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Saúde Mental e Bem-Estar no Trabalho, Psicodinâmica do Trabalho, Avaliação Psicológica no Contexto Organizacional e Psicologia Social e das Instituições, inclusive com enfoque em Saúde Coletiva no Trabalho. A admissão de múltiplas áreas afins visa assegurar adequada qualificação técnica dos profissionais, sem restringir indevidamente a competitividade, preservando a compatibilidade entre a formação acadêmica e as atribuições previstas no objeto da contratação.

Considerando as especificidades operacionais, o volume de demandas institucionais e a necessidade de articulação administrativa mais intensa junto às áreas centrais da Agência, o serviço a ser executado na unidade de Brasília/DF deverá contar com profissional com experiência profissional mínima comprovada de 3 (três) anos em atividades relacionadas à psicologia organizacional, clínica, psicossocial ou correlatas ao contexto do trabalho. Para os serviços a serem executados nas unidades de Belo Horizonte/MG e Vitória/ES, será exigida experiência profissional mínima comprovada de 1 (um) ano, compatível com as atividades previstas. A diferenciação dos requisitos de experiência profissional encontra-se devidamente justificada pela complexidade administrativa e pela centralização das demandas operacionais e de articulação institucional na unidade de Brasília/DF, não configurando restrição indevida à competitividade, mas medida proporcional, razoável e tecnicamente adequada às necessidades do serviço, em observância aos princípios da isonomia, da razoabilidade e do interesse público.

Os profissionais alocados deverão estar enquadrados no Código Brasileiro de Ocupações – CBO nº 2515-40, compatível com as atividades de apoio administrativo especializado em psicologia, assegurando aderência aos parâmetros trabalhistas, previdenciários e de fiscalização contratual.

Considerando o risco concreto de descontinuidade assistencial, o modelo de contratação deverá permitir a implantação integral da solução no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da formalização contratual, assegurando a manutenção ininterrupta do atendimento psicossocial após o encerramento do contrato vigente. Tal requisito fundamenta-se no princípio da continuidade do serviço público e na necessidade de evitar prejuízos a servidores e anistiados em acompanhamento psicoterapêutico.

Os serviços contratados deverão possuir caráter contínuo, em razão da natureza processual do acompanhamento psicológico, da necessidade de monitoramento sistemático dos casos atendidos e da execução permanente de ações preventivas e educativas. A solução deverá garantir regularidade, previsibilidade e estabilidade na prestação dos serviços, evitando lacunas que comprometam a efetividade do atendimento e das ações institucionais de promoção da saúde mental.

A solução deverá prever a possibilidade de deslocamentos a serviço, tendo em vista a distribuição geográfica das unidades da ANM e a necessidade, em situações específicas, de atuação presencial dos profissionais, tais como atendimentos de maior complexidade, ações de prevenção e enfrentamento ao assédio, mediação de conflitos, apoio psicossocial a anistiados idosos e participação em programas institucionais. De igual modo, deverá possibilitar o atendimento psicoterapêutico domiciliar a anistiados e servidores afastados para tratamento de saúde, garantindo continuidade terapêutica a pessoas com mobilidade reduzida ou em licença regularmente concedida no âmbito do SIASS.

Além dos atendimentos individuais e coletivos, os serviços contratados deverão ser compatíveis com o planejamento institucional de ações de promoção da saúde mental, contribuindo para a elaboração e execução de campanhas educativas, oficinas, palestras, treinamentos e demais ações coletivas, alinhadas às diretrizes da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho da ANM, instituída pela Resolução ANM nº 121/2022, inclusive com a execução de programas específicos voltados a anistiados maiores de 60 anos, grupo caracterizado por maior vulnerabilidade psicossocial.

A solução deverá contemplar, ainda, ações de capacitação e desenvolvimento de pessoas, abrangendo treinamentos gerenciais e programas institucionais relacionados à saúde mental, clima organizacional, comunicação não violenta, prevenção ao assédio e mediação de conflitos, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.540/2023.

Com vistas à mitigação de riscos operacionais e reputacionais, a empresa contratada deverá adotar boas práticas de seleção, avaliação e gestão de pessoal, compatíveis com os princípios da ética, da legalidade, da impessoalidade e da responsabilidade profissional, de modo a assegurar que os profissionais alocados apresentem conduta ética, idoneidade moral, perfil técnico adequado e histórico profissional compatível com as atividades a serem desempenhadas, respondendo integralmente pela adequada escolha, substituição e acompanhamento dos profissionais, sem prejuízo da fiscalização contratual exercida pela Administração.

REQUISITOS / PADRÕES

Requisito I – Disponibilização de serviços especializados de apoio administrativo em psicologia para atendimento psicoterapêutico individual e coletivo, nas modalidades presencial e remota.

Requisito II – Profissionais com formação superior em Psicologia, registro ativo no CRP e pós-graduação lato sensu em áreas compatíveis.

Requisito III – Experiência profissional mínima diferenciada conforme a unidade de atuação.

Requisito IV – Implementação integral da solução em até 90 (noventa) dias.

JUSTIFICATIVA DOS REQUISITOS

Essencial para assegurar a continuidade do atendimento psicossocial aos servidores, colaboradores e anistiados, prevenindo agravamento de quadros, afastamentos e interrupções após o encerramento do contrato vigente. Atende às diretrizes da PASS, da NOSS, da Resolução ANM nº 121/2022 e às necessidades registradas no DFD nº 1616/2025.

Garante qualificação técnica mínima adequada às demandas institucionais de atendimento psicoterapêutico, interventivo, preventivo e de apoio psicossocial, em conformidade com os normativos do Conselho Federal de Psicologia e com os padrões de qualidade exigidos no serviço público.

Para o serviço na unidade de **Brasília/DF**, exige-se experiência mínima de **3 (três) anos**, em razão da maior complexidade administrativa e centralização das demandas operacionais e administrativas. Para as unidades de **Belo Horizonte /MG** e **Vitória/ES**, exige-se experiência mínima de **1 (um) ano**. A diferenciação é proporcional, razoável e não restringe indevidamente a competitividade.

Considera a urgência da contratação diante da impossibilidade de prorrogação do contrato vigente, evitando descontinuidade assistencial e prejuízos à saúde mental dos atendidos. Atende ao princípio da continuidade do serviço público.

O acompanhamento psicológico possui natureza processual, exigindo

Requisito V – Prestação do serviço em caráter contínuo.	monitoramento, estabilidade e regularidade na execução. Atividades preventivas, acompanhamento terapêutico e ações de promoção da saúde mental dependem de continuidade e previsibilidade.
Requisito VI – Possibilidade de deslocamentos a serviço.	Atende às demandas das unidades da ANM distribuídas nacionalmente e permite atuação presencial em situações que exigem deslocamento, como atendimentos de maior complexidade, mediação de conflitos, ações de prevenção e apoio psicossocial a anistiados idosos.
Requisito VII – Possibilidade de atendimento psicoterapêutico domiciliar a anistiados e servidores em licença para tratamento de saúde.	Garante continuidade terapêutica a pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou afastadas por motivos de saúde, em consonância com as diretrizes da PASS, do SIASS e das políticas de saúde mental no serviço público.
Requisito VIII – Compatibilidade com o planejamento institucional de ações de promoção da saúde mental.	Assegura contribuição efetiva ao Plano Anual de Saúde Mental, campanhas educativas, oficinas, rodas de conversa, eventos e ações coletivas, fortalecendo a política de saúde organizacional da ANM.
Requisito IX – Execução de programas de saúde e qualidade de vida voltados a anistiados maiores de 60 anos.	Atende à demanda específica desse público, caracterizado por maior vulnerabilidade psicossocial e prevalência de agravos, conforme histórico institucional e diretrizes de saúde coletiva.
Requisito X – Execução de ações de capacitação, treinamento gerencial e desenvolvimento de pessoas.	Atende às diretrizes da Lei nº 14.540/2023 (prevenção e enfrentamento ao assédio), contribui para melhoria do clima organizacional e amplia a capacidade institucional de prevenção, manejo de conflitos e promoção da saúde mental.
Requisito XI - Sustentabilidade – Mão de Obra Terceirizada	Observar os critérios e diretrizes estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia- Geral da União – AGU, 8ª edição (2025) , especialmente aqueles aplicáveis à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021. Instalar estrutura administrativa mínima em Brasília/DF é necessária para assegurar a adequada coordenação, supervisão operacional e interlocução institucional do serviço, considerando a centralização das demandas administrativas, a maior complexidade operacional da unidade sede e a necessidade de pronta substituição de profissionais, suporte gerencial às equipes alocadas e eficiência da fiscalização contratual.
Requisito XII – Disponibilidade de estrutura administrativa mínima na localidade da Sede (Brasília/DF)	Assegura aderência ao arcabouço jurídico aplicável, incluindo Constituição Federal, Lei nº 14.133/2021, Lei nº 8.112/1990, PASS, NOSS, Estatuto da Pessoa com Deficiência, Resoluções do CFP, Resolução ANM nº 121/2022 e Lei nº 14.540 /2023.
Padrão I – Conformidade com a legislação e normas aplicáveis à saúde mental no serviço público federal.	Garante qualidade técnica, controle, rastreabilidade, confiabilidade das informações e proteção de dados sensíveis, conforme Resoluções CFP nº 001 /2009 e nº 011/2018 e a legislação de proteção de dados pessoais.
Padrão II – Oferta de atendimento psicoterapêutico presencial e remoto com registro documental obrigatório.	Assegura que os profissionais contratados possuam perfil ocupacional compatível com as atividades de apoio administrativo especializado em psicologia, conferindo segurança trabalhista, previdenciária e jurídica à contratação.
Padrão III – Enquadramento dos profissionais no CBO nº 2515-40.	Mitiga riscos operacionais e reputacionais, assegurando que os profissionais alocados apresentem conduta ética, idoneidade moral, perfil técnico adequado e histórico profissional compatível, sem violação aos princípios da legalidade, impessoalidade e isonomia.
Padrão IV – Adoção de boas práticas de seleção e gestão de pessoal pela empresa contratada.	

Adicionalmente, a contratação deverá observar os critérios e diretrizes estabelecidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia- Geral da União – AGU, 8ª edição (2025), especialmente aqueles aplicáveis à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, incluindo a promoção de condições dignas de trabalho, a observância integral da legislação trabalhista e previdenciária, a proteção da saúde e segurança ocupacional e a adoção de práticas organizacionais que contribuam para o bem-estar físico e mental da força de trabalho alocada.

Quanto ao requisito XII que trata sobre a exigência de que a empresa contratada possua ou venha a instalar estrutura administrativa mínima em Brasília/DF é necessária para assegurar a adequada coordenação, supervisão operacional e interlocução institucional do serviço, considerando a centralização das demandas administrativas, a maior complexidade operacional da unidade sede e a necessidade de pronta substituição de profissionais, suporte gerencial às equipes alocadas e eficiência da fiscalização contratual. Trata-se de requisito organizacional proporcional, razoável e diretamente vinculado à execução do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade, em conformidade com os princípios da isonomia, da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 58/2022.

Por fim, ressalta-se que a contratação deverá observar integralmente o arcabouço constitucional, legal e infralegal aplicável, incluindo a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 8.112/1990, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022, o Decreto nº 10.947/2022, a Política de Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho do Servidor Público Federal – PASS, a Norma Operacional de

Saúde do Servidor – NOSS, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia, a Resolução ANM nº 121/2022 e a Lei nº 14.540/2023, os quais conformam o marco regulatório necessário à estruturação da solução, assegurando proteção aos usuários, qualidade técnica do serviço, segurança jurídica da contratação e aderência às políticas públicas de saúde mental no âmbito da Administração Pública Federal.

5. Levantamento de Mercado

Com o objetivo de avaliar a **disponibilidade, a capacidade técnica e a maturidade do mercado** para a prestação de **serviços de apoio administrativo especializado em psicologia** voltados às políticas institucionais de saúde mental no âmbito da Administração Pública Federal, foi realizado levantamento de contratações similares promovidas por órgãos públicos, com base em **editais, termos de referência e instrumentos convocatórios** publicados no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, bem como nos documentos juntados aos autos deste Estudo Técnico Preliminar.

O levantamento atendeu às diretrizes estabelecidas na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022**, especialmente no que se refere à identificação das alternativas disponíveis no mercado e à análise da adequação das soluções às necessidades institucionais, bem como às boas práticas recomendadas pelo **Tribunal de Contas da União – TCU** quanto à fundamentação das escolhas realizadas na fase de planejamento da contratação.

A análise das contratações identificadas no PNCP demonstrou que tanto a solução de **credenciamento de profissionais** quanto a **contratação de serviços continuados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO)** são utilizadas por órgãos da Administração Pública Federal para atendimento de demandas relacionadas à psicologia. Contudo, observou-se que a **adoção do regime DEMO é predominante** nos casos em que a necessidade envolve:

- prestação contínua do serviço;
- carga horária fixa e disponibilidade permanente;
- integração do profissional às rotinas institucionais;
- participação em programas estruturados de saúde e qualidade de vida no trabalho;
- atuação preventiva e estratégica.

O quadro a seguir sintetiza os principais achados do levantamento de mercado, a partir dos editais analisados:

Levantamento de Mercado			
Órgão Contratante	Solução	Abrangência	Objeto
Ministério dos Transportes	Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)	Sede do Ministério – Brasília/DF	Contratação de serviços continuados, com dedicação exclusiva, para postos que incluem Psicólogo , a serem executados na sede.
Fonte/Link:	https://pncp.gov.br/app/editais/37115342000167/2025/28		
TRT – 22ª Região (Piauí)	Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)	Teresina/PI	Contratação de Psicólogo Organizacional em regime de dedicação exclusiva, com jornada fixa e integração à política de saúde ocupacional.
Fonte/Link:	https://pncp.gov.br/app/editais/00509968000148/2024/3933		
ICMBio – Edital 021559980 (SEI 02070.019493/2024-39)	Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)	Sede Nacional – Brasília /DF	Contratação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, abrangendo diversas categorias, incluindo Psicólogo , conforme Termo de Referência.
Fonte/Link:	https://pncp.gov.br/app/editais/08829974000194/2025/55		

ICMBio – Edital SEI 021833258	Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)	Unidades do ICMBio	Contratação de profissionais especializados, incluindo Psicólogos , para atendimento a programas institucionais e suporte técnico-administrativo.
-------------------------------	--	--------------------	--

Fonte/Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/08829974000194/2025/72>

Justiça Federal – Edital SEI 23415106	Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)	Seções Judiciárias atendidas pelo edital	Prestação de serviços especializados com alocação fixa, incluindo Psicologia , para apoio institucional e atendimento a demandas de saúde e programas psicossociais.
---------------------------------------	--	--	---

Fonte/Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/00508903000188/2025/1922>

Tribunal de Contas da União – Pregão 90043 /2025	Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)	Brasília/DF	Contratação de serviços continuados de Psicologia Organizacional , com dedicação exclusiva, via Sistema de Registro de Preços.
--	--	-------------	---

Fonte/Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/00414607000118/2025/244>

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	Credenciamento (art. 79, II, da Lei 14.133 /2021)/Termo de Credenciamento 15/2025	Teresina/PI	Credenciamento de profissional para prestação de serviços de Psicologia Clínica aos beneficiários do Programa Pró-Saúde do TRE-PI.
--------------------------------------	---	-------------	---

Fonte/Link: <https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2025/3145>

Para atender à necessidade institucional de manutenção dos serviços de atendimento psicoterapêutico, psicossocial e de promoção da saúde mental no âmbito da Agência Nacional de Mineração – ANM, foram analisadas três soluções possíveis de contratação: **(I) credenciamento de profissionais, (II) contratação de serviços continuados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO) e (III) contratação por demanda (atendimento eventual em clínicas ou empresas especializadas)**. A seguir, apresenta-se uma análise comparativa que avalia suas características, vantagens, limitações e aderência às necessidades mapeadas.

Requisitos/ Padrões	Solução I – Credenciamento	Solução II – DEMO	Solução III – Clínica / Demanda
Requisito I – Atendimento psicoterápico presencial ou remoto	Atende	Atende	Atende
Requisito II – Formação e pós-graduação adequada	Atende	Atende	Atende
Requisito III – Implementação em até 90 dias (serviço essencial)	Não atende	Atende	Não atende
Requisito IV – Caráter contínuo das atividades	Não atende	Atende	Atende parcialmente
Requisito V – Viabilidade de viagens a serviço	Não atende	Atende	Atende
Requisito VI – Atendimento psicoterapêutico domiciliar a anistiados	Não atende	Atende	Atende
Requisito VII – Compatibilidade com o planejamento de promoção da saúde mental	Não atende	Atende	Atende
Requisito VIII – Execução de programas de saúde e qualidade de vida (anistiados > 60 anos)	Não atende	Atende	Atende
Requisito IX – Capacitações, treinamentos e desenvolvimento de pessoas	Não atende	Atende	Atende

Atende	2	9	7
Não atende	7		1
Atende parcialmente			1

A análise das alternativas de contratação demonstrou que, embora existam diferentes modelos disponíveis no mercado para a prestação de serviços de psicologia, apenas a solução baseada em **Serviços Continuados com Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)** atende **integralmente** às necessidades identificadas pela Agência Nacional de Mineração – ANM, conforme descrito no Documento de Formalização da Demanda nº 1616/2025 e nos requisitos técnicos definidos neste Estudo Técnico Preliminar.

Inicialmente, constatou-se que a natureza da atividade – atendimento psicoterapêutico, acolhimento psicossocial, ações preventivas, acompanhamento sistemático de casos, elaboração de programas de saúde mental e suporte institucional – exige **continuidade, presença regular, vínculo com a rotina administrativa e integração às políticas de gestão de pessoas**. Essas características são incompatíveis com modelos eventuais ou descontínuos, como credenciamento, atendimento por demanda ou contratação por horas técnicas, que não garantem disponibilidade mínima, jornada fixa nem participação estruturada em ações institucionais.

A solução DEMO, por sua vez, oferece **previsibilidade, estabilidade e integração à rotina organizacional**, permitindo que psicólogos designados atuem diariamente nas unidades da ANM, com jornada definida, condições adequadas de atendimento e interação constante com a área de saúde e qualidade de vida. Esse regime permite não apenas o atendimento clínico individual, mas também a atuação estratégica necessária para implementar programas de promoção da saúde mental, prevenção de riscos psicossociais, apoio ao enfrentamento do assédio (Lei nº 14.540/2023), atenção a anistiados maiores de 60 anos, realização de atendimentos domiciliares, ações coletivas e treinamentos.

Outro fator determinante para a escolha da solução foi a **urgência decorrente da impossibilidade de prorrogação do contrato atual**, conforme relatado no DFD nº 1616/2025. **A solução DEMO é a única que possibilita implantação plena em até 90 dias**, atendendo ao caráter essencial e ininterrupto do serviço e garantindo a continuidade do atendimento psicossocial aos servidores, minimizando riscos à saúde mental, ao clima organizacional e à produtividade institucional. Soluções alternativas, como credenciamento ou contratação sob demanda, não atendem ao requisito temporal, tampouco ao requisito de continuidade.

Adicionalmente, o levantamento de mercado realizado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP demonstrou que órgãos federais de grande porte, tais como **Ministério dos Transportes, ICMBio, Justiça Federal, TRT da 22ª Região e Tribunal de Contas da União**, adotam a solução DEMO para serviços semelhantes, com escopos que incluem psicologia organizacional e psicologia clínica integrada a programas institucionais. Tais evidências reforçam a **maturidade do mercado** na oferta desse tipo de serviço e a **viabilidade técnico-operacional** da solução, além de indicar que o modelo é o mais coerente com práticas consolidadas da Administração Pública Federal.

A solução escolhida também atende de forma integral aos **nove requisitos técnicos** definidos neste ETP, sendo a única alternativa capaz de cumprir todos os critérios essenciais relacionados a: atendimento presencial e remoto, formação especializada, implementação rápida, continuidade, viagens a serviço, atendimento domiciliar, compatibilidade com o planejamento institucional, execução de programas de qualidade de vida e capacitação de servidores. Nenhuma das demais soluções avaliadas apresentou aderência completa aos requisitos.

Por fim, a adoção da solução DEMO está em plena conformidade com a **Lei nº 14.133/2021** (arts. 11, 18, 31 e 40), com o **Decreto nº 10.947/2022**, com as diretrizes da **IN SEGES/ME nº 58/2022**, com a **PASS**, com a **NOSS** e com a **Política de Saúde e Qualidade de Vida da ANM**. A solução promove economicidade, eficiência e segurança jurídica, assegura a continuidade de serviço essencial e contribui para mitigação de riscos psicossociais, redução de afastamentos e fortalecimento da gestão de pessoas.

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação de **Serviços Continuados com Dedicção Exclusiva de Mão de Obra** constitui a **solução mais adequada, vantajosa e aderente ao interesse público**, devendo ser adotada para garantir o atendimento integral das necessidades da ANM no âmbito da saúde mental dos servidores, colaboradores e anistiados.

6. Descrição da solução como um todo

A solução identificada neste Estudo Técnico Preliminar consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia**, em regime de **Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO)**, com a finalidade de assegurar suporte permanente às ações institucionais de saúde mental, bem-estar no trabalho e qualidade de vida desenvolvidas pela Agência Nacional de Mineração – ANM.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e estruturada, abrangendo **atendimentos psicoterapêuticos individuais e coletivos**, nas modalidades **presencial e remota**, bem como a participação dos profissionais em ações organizacionais planejadas, em consonância com a **Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho da ANM**, instituída pela **Resolução ANM nº 121/2022**, e demais normativos internos e legais aplicáveis.

A escolha dessa solução decorre de sua **aderência integral aos objetivos institucionais da ANM**, especialmente no que se refere à necessidade de **apoio psicossocial contínuo, previsível e integrado** às políticas de gestão de pessoas. O levantamento de mercado realizado, com base em contratações similares promovidas por órgãos da Administração Pública Federal, evidenciou a **predominância e a maturidade do modelo de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO)** para serviços que demandam presença regular, acompanhamento sistemático e integração às rotinas administrativas. Essas características mostram-se essenciais para garantir a continuidade do atendimento psicoterapêutico e a efetividade das ações de promoção da saúde mental, fatores diretamente relacionados ao desempenho institucional e à manutenção de ambiente de trabalho saudável.

Como parte integrante da solução, considera-se imprescindível que a empresa contratada possua ou venha a implantar **estrutura administrativa mínima no município de Brasília/DF**. Tal exigência fundamenta-se na centralização das atividades de coordenação, supervisão operacional e interlocução institucional na unidade sede da ANM, bem como no maior volume e complexidade das demandas administrativas ali concentradas. A presença de estrutura administrativa mínima em Brasília/DF visa assegurar a adequada articulação entre a contratada e a Administração, a pronta substituição de profissionais quando necessário, o suporte gerencial às equipes alocadas nas unidades descentralizadas e a eficiência da fiscalização contratual, sem prejuízo da autonomia técnica inerente às atividades profissionais de psicologia. Trata-se de requisito organizacional proporcional, razoável e diretamente vinculado à execução do objeto, não configurando restrição indevida à competitividade.

A empresa contratada deverá, ainda, assegurar assistência técnica e suporte administrativo contínuos, responsabilizando-se pela adequada execução dos serviços e pela manutenção da regularidade operacional. Nesse contexto, caberá à contratada promover a substituição tempestiva de profissionais afastados por motivos legais ou licenças médicas **superiores a 15 (quinze) dias**, de modo a evitar interrupções na prestação do serviço. Deverá também disponibilizar canais eficientes de comunicação e suporte gerencial, observando rigorosamente os protocolos técnicos, éticos, de confidencialidade e de sigilo profissional estabelecidos pelo Conselho Federal de Psicologia – CFP e pela legislação vigente.

Sob o **aspecto técnico**, a opção pela contratação de serviços continuados em regime DEMO justifica-se pela própria natureza das atividades a serem executadas, que envolvem acompanhamento longitudinal dos atendidos, monitoramento sistemático de casos, ações preventivas, educativas e organizacionais, além da necessidade de integração permanente às rotinas administrativas e institucionais da ANM. A prestação do serviço de forma contínua permite maior previsibilidade, estabilidade e eficiência operacional, assegurando atendimento adequado e alinhado às políticas institucionais de saúde mental.

Do ponto de **vista econômico**, a solução adotada apresenta-se como a mais vantajosa em termos de custo-benefício, ao evitar despesas indiretas decorrentes de modelos eventuais ou fragmentados, tais como credenciamento ou contratação por demanda. O regime de dedicação exclusiva possibilita o uso otimizado dos recursos humanos, com garantia de disponibilidade, comprometimento institucional e redução de custos administrativos associados à recorrência de processos licitatórios. Ademais, a adoção de prazo contratual de até 60 (sessenta) meses, conforme autorizado pela Lei nº 14.133/2021, favorece o planejamento de médio e longo prazo, reduz riscos de descontinuidade e promove maior eficiência administrativa.

Ressalta-se que os serviços objeto da contratação possuem natureza auxiliar, instrumental e acessória às competências institucionais da ANM, não se confundindo com atividades finalísticas do órgão. As atividades a serem desempenhadas não envolvem tomada de decisão administrativa, posicionamento institucional, exercício de poder de polícia ou atribuições típicas de Estado, caracterizando-se como apoio técnico especializado, passível de execução indireta, nos termos do art. 9º da IN SEGES/MPDG nº 05/2017, em consonância com a IN SEGES/ME nº 58/2022, que rege o planejamento das contratações públicas.

A solução contempla, ainda, a elaboração de relatórios gerenciais de natureza não clínica, a produção de indicadores de atendimento, recomendações técnicas para o aprimoramento das políticas institucionais e o suporte à construção de diagnósticos organizacionais em saúde mental. Considerando a possibilidade de atendimento a públicos vulneráveis, como anistiados e servidores em licença para tratamento de saúde, bem como a necessidade de atuação em unidades descentralizadas, a solução inclui a previsão de logística e custeio de deslocamentos e viagens, sempre que necessários ao cumprimento da finalidade pública da contratação.

Por fim, **destaca-se que o regime de dedicação exclusiva permite a implantação integral da solução no prazo máximo de 90 (noventa) dias, conforme exigência institucional**, assegurando transição contratual segura, planejada e **ininterrupta**. A presença contínua e estruturada dos profissionais viabiliza o atendimento pleno dos requisitos definidos neste ETP, garantindo previsibilidade, estabilidade, qualidade técnica, escalabilidade e aderência às melhores práticas de gestão de pessoas, saúde ocupacional e governança pública.

Assim, a solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada apta a fornecer serviços contínuos, integrados e tecnicamente qualificados de apoio administrativo em psicologia, assegurando suporte estratégico às políticas institucionais de saúde mental e à promoção do bem-estar dos servidores, colaboradores e anistiados da Agência Nacional de Mineração – ANM, em estrita conformidade com a legislação vigente e com as boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

Como mecanismo adicional de governança, controle e mitigação de riscos trabalhistas, a solução adotada poderá prever a utilização de **Conta- Depósito Vinculada**, nos termos da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, especialmente em seus artigos 18 a 21, aplicada subsidiariamente à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, em consonância com a Lei nº 14.133/2021.

A adoção da Conta- Depósito Vinculada tem por finalidade resguardar o adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias por parte da empresa contratada, mediante o provisionamento mensal de valores destinados ao pagamento de verbas como férias, décimo terceiro salário, encargos sociais e rescisões contratuais. Trata-se de instrumento amplamente recomendado pelos órgãos de controle como medida de proteção ao erário e de redução do risco de responsabilização subsidiária da Administração.

Ressalta-se que a definição final quanto à obrigatoriedade da Conta- Depósito Vinculada será detalhada no Termo de Referência e no instrumento contratual, considerando a análise jurídica, o perfil do objeto, a matriz de riscos e as diretrizes da área de gestão e fiscalização do contrato, mantendo-se, desde já, sua previsão no planejamento como boa prática de governança contratual.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa das quantidades a serem contratadas fundamenta-se em fatos concretos, devidamente documentados e rastreáveis, em consonância com o disposto no inciso V do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020, considerando o histórico de execução contratual, a necessidade institucional formalizada, a ampliação das atividades desenvolvidas e as diretrizes estratégicas da Agência Nacional de Mineração – ANM.

A demanda foi formalmente registrada no **Documento de Formalização da Demanda nº 1616/2025**, no qual a área técnica requisitante apontou a essencialidade dos serviços de apoio administrativo compreendendo psicologia para manutenção das ações de acolhimento, atendimento psicossocial, promoção da saúde mental e suporte institucional aos servidores, colaboradores e empregados públicos anistiados. Tal necessidade decorre, sobretudo, da manifestação formal da empresa contratada no âmbito do Processo SEI nº 48051.002320/2023-20 quanto ao desinteresse na continuidade contratual, o que inviabilizou a prorrogação do ajuste e gerou risco iminente de descontinuidade de serviço essencial.

O dimensionamento quantitativo também considerou a experiência de execução do contrato anterior, que demonstrou demanda contínua e crescente por atendimentos psicoterapêuticos individuais e coletivos, acolhimentos iniciais, acompanhamentos psicossociais prolongados, atendimentos domiciliares a anistiados e servidores afastados para tratamento de saúde, bem como a execução de ações coletivas de promoção da saúde mental, oficinas, campanhas educativas, capacitações e intervenções organizacionais.

Adicionalmente, levou-se em conta a ampliação do escopo institucional das ações de saúde mental da ANM, especialmente após a consolidação da **Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (Resolução ANM nº 121/2022)** e da entrada em vigor da **Lei nº 14.540/2023**, que instituiu diretrizes para prevenção e enfrentamento ao assédio e outras formas de violência no ambiente de trabalho, ampliando significativamente as atribuições relacionadas ao acompanhamento psicossocial e às ações preventivas.

Nesse contexto, a estimativa quantitativa prevê a contratação de **3 (três) serviços de psicologia**, em regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, distribuídos da seguinte forma, conforme definido na Nota Técnica nº 4739/2025:

- **Psicólogo – Nível I: 2 (dois) serviços**, destinados às unidades descentralizadas da ANM, localizadas em **Belo Horizonte/MG** e **Vitória/ES**;
- **Psicólogo – Nível II: 1 (um) serviço**, lotado na **Sede da ANM, em Brasília/DF**, com atribuições adicionais de natureza administrativa- operacional, sem prejuízo da autonomia técnico- profissional prevista na legislação e nas normas do Conselho Federal de Psicologia.

Cada profissional deverá cumprir **jornada semanal de 40 (quarenta) horas**, assegurando disponibilidade integral para atendimento presencial e remoto, acompanhamento contínuo dos casos, execução de ações institucionais e participação nas atividades de promoção da saúde mental. O dimensionamento adotado corresponde ao quantitativo mínimo necessário para garantir cobertura adequada das três localidades estratégicas da Agência, considerando o perfil dos públicos atendidos e a dispersão geográfica das unidades.

A diferenciação entre os níveis também reflete critérios objetivos de complexidade funcional e **responsabilidade administrativa**, conforme amplamente fundamentado na **Nota Técnica nº 4739/2025**. O serviço de Psicólogo – Nível II, além das atividades típicas da psicologia, concentrará responsabilidades administrativas- operacionais de organização de fluxos, consolidação de informações não clínicas, apoio ao planejamento integrado e interface com a unidade gestora do contrato, razão pela qual exige experiência profissional mínima de 3 (três) anos. Já os serviços de Psicólogo – Nível I exigem experiência mínima de 1 (um) ano, compatível com a atuação técnica regular nas unidades descentralizadas.

Para fins de planejamento e fiscalização contratual, estima-se que, ao longo da execução, cada profissional realizará, de forma contínua e regular:

- atendimentos psicoterapêuticos individuais e coletivos, presenciais e remotos, conforme demanda de cada unidade;

- acolhimentos iniciais e acompanhamento psicossocial prolongado;
- atendimentos domiciliares a anistiados e servidores em licença para tratamento de saúde, quando demandado;
- participação em reuniões técnicas, elaboração de registros administrativos não clínicos e relatórios gerenciais;
- execução de ações coletivas de promoção da saúde mental, tais como oficinas, rodas de conversa, palestras e campanhas educativas;
- viagens a serviço, quando necessárias para atendimento presencial em unidades descentralizadas ou situações específicas que demandem deslocamento.

A estimativa das quantidades também guarda interdependência com outras contratações correlatas, notadamente aquelas relacionadas a passagens aéreas, diárias e logística de deslocamento, cujos custos foram objeto de Notas Técnicas específicas (SEI nº 4781/2025 e SEI nº 4802/2025) e integrados como custos acessórios na Planilha de Custos e Formação de Preços. Tal abordagem possibilita visão sistêmica da contratação, favorece a racionalização de recursos e contribui para a obtenção de economia de escala, em consonância com as boas práticas de planejamento recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

Ressalta-se que as diárias e passagens eventualmente necessárias ao deslocamento dos profissionais alocados na execução do contrato não integram o quantitativo do objeto contratual, por não constituírem unidade de medida do serviço a ser contratado nem elemento passível de disputa competitiva. Tais despesas possuem natureza indenizatória, destinando-se ao ressarcimento de gastos extraordinários decorrentes de deslocamentos a serviço, e serão custeadas sob demanda, mediante reembolso, condicionadas à efetiva necessidade, autorização prévia e comprovação da despesa. Os valores de referência adotados para essas despesas encontram-se devidamente fundamentados nas **Notas Técnicas SEI nº 4781/2025 (passagens) e nº 4802/2025 (diárias)**, elaboradas com base em painéis oficiais de preços e nos limites estabelecidos pelo **Decreto nº 11.872/2023**, sendo utilizadas **exclusivamente para fins de estimativa de custos, memória de cálculo e planejamento orçamentário**, em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, a **IN SEGES/ME nº 58/2022** e as orientações de controle externo do **Tribunal de Contas da União**, não compondo, portanto, o objeto licitável da contratação.

Importante destacar que, embora o dimensionamento inicial considere 3 (três) serviços, a contratação será estruturada para **vigência de até 60 (sessenta) meses**, conforme permitido pela Lei nº 14.133/2021, possibilitando previsibilidade e redução de custos administrativos associados à repetição de procedimentos licitatórios. O quantitativo poderá ser reavaliado ao longo da execução contratual, com base em indicadores de demanda, relatórios de atendimento, alterações no perfil institucional da ANM ou eventuais expansões de atividades, respeitados os limites legais.

Dessa forma, o quantitativo estimado revela-se **adequado, suficiente e proporcional** para atender à demanda institucional atual da Agência Nacional de Mineração, garantindo continuidade, qualidade técnica, cobertura territorial e alinhamento às políticas públicas de saúde mental no serviço público federal. A estimativa encontra-se devidamente fundamentada em documentos formais, dados históricos, planejamento institucional e análises técnicas consolidadas, atendendo integralmente às exigências do art. 7º, inciso V, da IN nº 40/2020, bem como às orientações de governança, economicidade e segurança jurídica preconizadas pelo TCU.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.835.206,40

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em estrita observância ao disposto no **art. 7º, inciso VI, e §2º, da Instrução Normativa nº 40/2020**, bem como aos princípios do **planejamento, economicidade, eficiência, transparência e razoabilidade**, previstos na **Lei nº 14.133/2021**, estando devidamente acompanhada das **memórias de cálculo, pesquisas de preços e documentos técnicos que lhe dão suporte**, os quais integram o processo administrativo (**48051.011052/2025-07**) e constam em anexo classificado, caso a Administração opte por resguardar seu sigilo até a conclusão do certame.

O valor estimado refere-se à contratação de **serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia**, em regime de **dedicação exclusiva de mão de obra**, abrangendo **03 (três) serviços**, distribuídos da seguinte forma: **02 (dois) serviços de Psicólogo – Nível I**, destinados às unidades descentralizadas de **Belo Horizonte/MG e Vitória/ES**, e **01 (um) serviço de Psicólogo – Nível II**, lotado na **Sede da ANM, em Brasília/DF**, todos com **jornada semanal de 40 (quarenta) horas**, para execução pelo prazo contratual de **60 (sessenta) meses**, conforme autorizado pelo **art. 106 da Lei nº 14.133/2021**.

A composição do valor estimado encontra-se detalhada na **Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP)**, elaborada conforme o **layout exigido pelo Portal de Compras do Governo Federal, vide anexo**, observando os **Módulos 1 a 5 da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017**, contemplando, de forma segregada e transparente, os custos diretos de mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, benefícios legais e convencionais, custos indiretos, tributos incidentes e margem de lucro da contratada, em percentuais compatíveis com práticas de mercado e contratações públicas similares.

Os **valores referenciais de remuneração** adotados na PCFP foram definidos com base na **Nota Técnica SEI nº 4739/2025**, que consolidou pesquisa de preços abrangente, realizada a partir de múltiplas fontes idôneas, incluindo contratações públicas semelhantes constantes do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, painéis oficiais de preços do Governo Federal e pesquisa direta de mercado (Convenções Coletivas de Trabalho), em consonância com as orientações do **Tribunal de Contas da União** quanto à adequada formação do preço de referência e à mitigação de riscos de sobrepreço ou inexequibilidade.

Adicionalmente, os **custos acessórios relacionados a diárias e passagens** foram estimados de forma segregada e não concorrencial, conforme demonstrado nas **Notas Técnicas SEI nº 4781/2025 (passagens aéreas)** e **SEI nº 4802/2025 (diárias)**. Tais despesas possuem natureza indenizatória, não integram o objeto licitável nem o quantitativo da contratação e foram consideradas exclusivamente para fins de estimativa global de custos e planejamento orçamentário, em conformidade com o **Decreto nº 11.872/2023**, a **Lei nº 14.133/2021**, a **IN SEGES/ME nº 58/2022** e as orientações do controle externo.

Com base na PCFP consolidada, o **valor mensal total estimado da contratação** corresponde a **R\$ 47.253,44** (quarenta e sete mil, duzentos e cinquenta e três reais e quarenta e quatro centavos). Considerando o prazo contratual de **60 (sessenta) meses**, o **valor global estimado da contratação** perfaz o montante de **R\$ 2.835.206,40** (dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil, duzentos e seis reais e quarenta centavos).

Ressalta-se que os valores estimados possuem **caráter meramente referencial**, destinando-se exclusivamente a subsidiar o planejamento da contratação, a análise de viabilidade econômica e a definição da estratégia de contratação, **não constituindo preços máximos aceitáveis**, nos termos do **art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021**.

Dessa forma, a estimativa do valor da contratação encontra-se **adequadamente fundamentada**, lastreada em **dados concretos, pesquisas idôneas, memória de cálculo detalhada e documentação técnica robusta**, atendendo integralmente às exigências do **art. 7º, inciso VI e §2º, da IN nº 40/2020**, às boas práticas de governança pública e aos critérios de controle externo do **Tribunal de Contas da União**, assegurando **segurança jurídica, transparência e racionalidade econômica** ao processo de contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do **inciso VII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020**, bem como em observância às orientações consolidadas do **Tribunal de Contas da União**, especialmente a **Súmula nº 247**, procedeu-se à análise quanto à viabilidade de parcelamento da solução objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Conforme entendimento pacífico do TCU, **o parcelamento do objeto constitui a regra geral a ser observada pela Administração Pública**, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa, **desde que a divisão seja técnica e economicamente viável e não implique perda de economia de escala**. Assim, a não adoção do parcelamento exige motivação expressa, técnica e devidamente fundamentada, demonstrando que a contratação integrada atende de forma mais eficiente ao interesse público.

No presente caso, após análise técnica, operacional e econômica da solução, concluiu-se que **o parcelamento do objeto não se mostra recomendável**, devendo a contratação ocorrer de forma **integrada**, por meio de **único contrato de serviços continuados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra (DEMO)**, abrangendo a totalidade dos serviços de apoio administrativo especializado em psicologia previstos neste ETP.

A inviabilidade do parcelamento decorre, primeiramente, da **natureza do objeto**, que demanda **continuidade, integração funcional, padronização de procedimentos e atuação coordenada** entre os profissionais alocados. A divisão da contratação por localidades, perfis profissionais ou unidades administrativas comprometeria a uniformidade das práticas institucionais, a execução integrada das ações de saúde mental e a gestão sistêmica do serviço, resultando em riscos à qualidade, à continuidade e à efetividade das atividades prestadas.

Sob o aspecto **técnico-operacional**, a solução exige **coordenação centralizada**, supervisão administrativa-operacional pela contratada, padronização de fluxos, organização de agendas, consolidação de informações gerenciais (não clínicas) e interlocução permanente com a área de Gestão de Pessoas da ANM. O parcelamento implicaria a celebração de múltiplos contratos com diferentes fornecedores, aumentando significativamente a complexidade da gestão e da fiscalização contratual, além de elevar o risco de assimetrias na execução, fragmentação de responsabilidades e dificuldades de governança, em desacordo com as boas práticas recomendadas pelo TCU.

Do ponto de vista **econômico**, a contratação integrada favorece a **economia de escala**, a **racionalização de custos indiretos** e administrativos e a obtenção de condições mais vantajosas, conforme demonstrado na **Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP)**. A fragmentação do objeto tenderia a gerar duplicidade de estruturas administrativas, aumento de custos de gestão, perda de eficiência e redução do poder de barganha da Administração, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

Ressalte-se, ainda, que o regime de dedicação exclusiva de mão de obra pressupõe **gestão unificada da força de trabalho**, inclusive quanto à substituição de profissionais, cumprimento de obrigações trabalhistas, observância das convenções coletivas aplicáveis e garantia da continuidade do serviço. O parcelamento dificultaria a administração desses aspectos, ampliando riscos operacionais, trabalhistas e de descontinuidade do serviço público essencial.

Dessa forma, devidamente observada a regra geral do parcelamento e analisada sua aplicabilidade ao caso concreto, conclui-se que **a não adoção do parcelamento da solução é técnica, operacional e economicamente justificada**, revelando-se a alternativa mais adequada, vantajosa e alinhada ao interesse público. A contratação integrada assegura maior eficiência, economia de escala, segurança jurídica e efetividade na execução dos serviços, em plena conformidade com a **Súmula nº 247 do TCU**, a **Lei nº 14.133/2021**, a **IN nº 40/2020** e as boas práticas de governança pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Em atendimento ao disposto no **inciso VIII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020**, procedeu-se à análise quanto à existência de contratações correlatas e/ou interdependentes que guardem relação ou afinidade com o objeto deste Estudo Técnico Preliminar, seja no âmbito de contratações já realizadas, em execução, ou de contratações futuras planejadas pela Agência Nacional de Mineração – ANM.

No presente caso, a contratação de **serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, apresenta **relação de interdependência indireta** com outras contratações administrativas de caráter acessório, notadamente aquelas relacionadas a **deslocamentos a serviço**, tais como **passagens aéreas e diárias**, quando necessárias para o atendimento presencial em unidades descentralizadas, atendimento domiciliar a anistiados e servidores em licença para tratamento de saúde, ou participação em ações institucionais específicas.

Tais despesas não constituem objeto principal da contratação nem integram o quantitativo licitável, possuindo **natureza indenizatória e eventual**, sendo custeadas sob demanda, mediante reembolso, conforme previamente fundamentado nas **Notas Técnicas SEI nº 4781/2025 (passagens aéreas)** e **SEI nº 4802/2025 (diárias)**. Essas contratações acessórias foram consideradas exclusivamente para fins de **estimativa de custos, planejamento orçamentário e composição da memória de cálculo**, não havendo necessidade de licitação específica vinculada diretamente ao presente objeto.

Além disso, a contratação em análise guarda afinidade funcional com outros instrumentos e ações institucionais já existentes ou em execução no âmbito da ANM, tais como programas internos de **saúde e qualidade de vida no trabalho**, iniciativas de **promoção da saúde mental**, ações de **prevenção e enfrentamento ao assédio**, bem como atividades desenvolvidas pela área de **Gestão de Pessoas**. Todavia, essas iniciativas não configuram contratações autônomas interdependentes, mas sim políticas e programas institucionais que serão **tecnicamente apoiados** pela execução do objeto ora proposto.

Registra-se, ainda, que não há sobreposição, duplicidade ou conflito com outras contratações vigentes de serviços de psicologia no âmbito da ANM, uma vez que o contrato anterior encontra-se em fase de encerramento sem possibilidade de prorrogação, conforme formalizado no Documento de Formalização da Demanda nº 1616/2025. Da mesma forma, não foram identificadas contratações futuras obrigatoriamente vinculadas à execução do presente objeto que demandem tratamento conjunto ou parcelamento específico.

Dessa forma, conclui-se que, embora existam **contratações acessórias e políticas institucionais correlatas**, estas não comprometem a autonomia, a viabilidade ou a execução do objeto principal, tampouco exigem adoção de estratégia conjunta de contratação. A identificação prévia dessas relações contribui para o adequado planejamento, para a racionalização de recursos e para a mitigação de riscos, em conformidade com os princípios da **economicidade, eficiência e governança**, atendendo plenamente às exigências do **art. 7º, §2º, da IN nº 40/2020**.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se devidamente alinhada aos instrumentos formais de planejamento da Agência Nacional de Mineração – ANM, atendendo ao disposto no inciso IX do art. 7º da Instrução Normativa nº 40/2020, bem como às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

No âmbito do planejamento das contratações, a demanda está contemplada no **Plano Anual de Contratações – PCA**, código de contratação **323102-122/2026** conforme registros constantes nos autos do **processo SEI 48051.011052/2025-07**, tendo sido formalizada por meio do **Documento de Formalização da Demanda nº 1616/2025**, o qual reconhece a necessidade institucional de manutenção e ampliação dos serviços de apoio administrativo especializado em psicologia, em razão da essencialidade, continuidade e criticidade do serviço para a Agência.

Adicionalmente, a contratação apresenta **aderência direta ao Planejamento Estratégico da ANM para o ciclo 2024–2027**, aprovado e vigente, o qual estabelece como diretriz estratégica o fortalecimento da gestão organizacional, do ambiente de trabalho e do desenvolvimento das pessoas como condição necessária para o alcance da missão institucional da ANM.

Sob a perspectiva estratégica de **Aprendizado e Crescimento**, o Plano Estratégico da ANM define como objetivo estratégico o **desenvolvimento das pessoas e do ambiente organizacional, com foco no aprimoramento de talentos e no fortalecimento do desempenho institucional**, reconhecendo que a capacidade de execução das atividades finalísticas da Agência depende diretamente do bem-estar, da saúde ocupacional e do equilíbrio psicossocial de sua força de trabalho. Tal diretriz encontra-se **explicitada no Mapa Estratégico da ANM**, que vincula o desenvolvimento de pessoas à entrega de valor à sociedade e ao setor regulado.

A contratação de serviços continuados de apoio administrativo em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, **contribui de forma transversal** para o alcance de diversos objetivos estratégicos previstos no **Plano Estratégico 2024–2027**, notadamente aqueles relacionados a:

- **Desenvolver pessoas e o ambiente organizacional**, promovendo condições adequadas de saúde mental, prevenção de riscos psicossociais e apoio contínuo aos servidores;
- **Aprimorar o sistema de governança e gestão**, ao mitigar riscos organizacionais associados a afastamentos, adoecimentos laborais, conflitos interpessoais e impactos no clima organizacional;
- **Gerir recursos com eficiência e transparência**, na medida em que a prevenção de agravos à saúde mental contribui para a redução de custos indiretos decorrentes de licenças médicas, rotatividade e perda de produtividade institucional.

Ressalta-se, ainda, que o próprio Plano Estratégico da ANM reconhece, em seu diagnóstico de contexto, a necessidade de fortalecimento das capacidades internas da Agência, incluindo a adequada estruturação de recursos humanos e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis, como fator crítico para o cumprimento da missão institucional e para a execução eficiente das atividades regulatórias e fiscalizatórias.

Dessa forma, a contratação ora proposta não se configura como iniciativa isolada ou dissociada do planejamento institucional, mas como instrumento de viabilização da estratégia organizacional, plenamente integrada ao Plano Anual de Contratações, ao Planejamento Estratégico 2024–2027 e às diretrizes do Plano Plurianual – PPA 2024–2027, contribuindo para a sustentabilidade organizacional, a governança pública e a entrega de valor à sociedade.

Conclui-se, portanto, que há alinhamento pleno, formal e material entre a contratação pretendida e os instrumentos de planejamento da ANM, atendendo às exigências normativas aplicáveis e às recomendações do Tribunal de Contas da União quanto à coerência entre planejamento, contratação e execução das políticas públicas.

A presente tabela evidencia a aderência material da contratação aos objetivos estratégicos da ANM, demonstrando que o objeto não se limita a uma demanda operacional isolada, mas constitui instrumento estruturante para a execução da estratégia institucional, em conformidade com as diretrizes da IN nº 40/2020, da Lei nº 14.133/2021 e das boas práticas de governança recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

Objetivo Estratégico (Plano Estratégico ANM 2024–2027)	Dimensão Estratégica	Contribuição Direta da Contratação
Desenvolver pessoas e o ambiente organizacional	Aprendizado e Crescimento	A contratação de serviços continuados de apoio administrativo em psicologia assegura atendimento psicossocial permanente, ações preventivas e programas estruturados de saúde mental, promovendo bem-estar, equilíbrio emocional e desenvolvimento humano da força de trabalho.
Fortalecer a capacidade institucional e o desempenho organizacional	Processos Internos	A atuação contínua dos profissionais permite monitoramento sistemático de riscos psicossociais, apoio à mediação de conflitos, prevenção ao assédio e suporte às unidades, contribuindo para maior estabilidade, produtividade e eficiência dos processos internos.
Aprimorar a governança e a gestão de pessoas	Governança e Gestão	A solução contratada apoia a implementação das políticas institucionais de saúde e qualidade de vida no trabalho, fornecendo subsídios técnicos para decisões administrativas, relatórios gerenciais não clínicos e recomendações alinhadas às boas práticas de governança pública.
Reduzir riscos organizacionais e impactos negativos à força de trabalho	Riscos e Integridade	O atendimento psicológico contínuo contribui para mitigar riscos associados a afastamentos por adoecimento mental, conflitos organizacionais, assédio moral ou sexual e deterioração do clima organizacional, alinhando-se às diretrizes de integridade e gestão de riscos.
Promover ambiente de	Pessoas e Sustentabilidade	As ações de acolhimento, prevenção e promoção da saúde mental fortalecem um ambiente laboral saudável, sustentável e compatível com os princípios da

trabalho saudável e seguro	Organizacional	Administração Pública, impactando positivamente a retenção de talentos e a continuidade do serviço público.
Assegurar eficiência administrativa e uso racional de recursos públicos	Econômico-Financeira	A contratação estruturada e de longo prazo (60 meses) reduz custos indiretos decorrentes de descontinuidade contratual, licitações frequentes, afastamentos e perda de produtividade, promovendo economicidade e previsibilidade orçamentária.
Viabilizar a entrega de valor à sociedade por meio de uma ANM institucionalmente fortalecida	Valor Público	Ao preservar a saúde mental e o desempenho dos servidores, a contratação contribui indiretamente para a melhoria da regulação, fiscalização e gestão do setor mineral, fortalecendo a capacidade da ANM de cumprir sua missão institucional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, propicia um conjunto integrado de benefícios diretos e indiretos à Agência Nacional de Mineração – ANM, plenamente alinhados aos princípios da eficiência, eficácia, economicidade, sustentabilidade e do interesse público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de governança da Administração Pública Federal.

Como benefício direto e imediato, destaca-se a garantia de continuidade, regularidade e efetividade das ações de acolhimento, atendimento psicossocial e promoção da saúde mental, assegurando suporte técnico qualificado e permanente aos servidores, colaboradores e anistiados da Agência. A manutenção ininterrupta desses serviços reduz significativamente os riscos de desassistência, evita o agravamento de quadros psicossociais e contribui para a preservação da saúde ocupacional, fator essencial para o desempenho regular, seguro e sustentável das atividades institucionais da ANM.

Sob a perspectiva da eficiência administrativa, a presença contínua de profissionais alocados com dedicação exclusiva favorece maior integração às rotinas organizacionais, melhor planejamento e execução de ações preventivas, acompanhamento sistemático e longitudinal dos casos atendidos e atuação articulada com a área de gestão de pessoas. Essa integração resulta em respostas mais céleres às demandas internas, racionalização de esforços institucionais, redução de retrabalhos e fortalecimento da capacidade da Agência de identificar, monitorar e mitigar riscos psicossociais e organizacionais.

No que se refere à economicidade, a solução adotada contribui para a redução de custos indiretos associados a afastamentos por motivo de saúde, absenteísmo, rotatividade de pessoal e queda de produtividade. A atuação preventiva e o acompanhamento contínuo em saúde mental tendem a minimizar despesas futuras relacionadas a licenças médicas prolongadas, substituições emergenciais e impactos administrativos decorrentes da descontinuidade de serviços essenciais, promovendo melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponíveis e maior previsibilidade orçamentária.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação fortalece o capital humano da ANM ao fomentar ambiente de trabalho mais saudável, seguro e colaborativo. A atuação psicossocial contínua contribui para a melhoria do clima organizacional, para o engajamento das equipes, para o desenvolvimento de competências socioemocionais e para a redução de conflitos no ambiente laboral, refletindo positivamente na qualidade das entregas institucionais e no desempenho global da força de trabalho.

A contratação também gera benefícios relevantes em termos de eficácia das políticas públicas internas, especialmente aquelas relacionadas à Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho da ANM, ao Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e demais Crimes contra a Dignidade Sexual, instituído pela Lei nº 14.540/2023, e às ações voltadas a públicos vulneráveis, como os anistiados maiores de 60 anos. A atuação especializada e contínua possibilita que tais políticas sejam executadas de forma estruturada, planejada e mensurável, ampliando seus impactos positivos e a efetividade das ações institucionais.

Sob a ótica do desenvolvimento nacional sustentável, a contratação incorpora critérios sociais de sustentabilidade, em conformidade com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia- Geral da União – AGU, 8ª edição (2025), especialmente aqueles aplicáveis à contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A solução promove condições dignas de trabalho, proteção à saúde ocupacional, valorização da mão de obra especializada e observância integral da legislação trabalhista e previdenciária, contribuindo para práticas contratuais responsáveis e sustentáveis.

A adoção desses critérios contribui, ainda, para a mitigação de riscos trabalhistas, para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais terceirizados e para o fortalecimento de práticas éticas e responsáveis no mercado fornecedor, alinhando a contratação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, em especial o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar) e o ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).

Por fim, a contratação reforça a governança institucional, a gestão de riscos e a conformidade normativa, ao mitigar riscos psicossociais, reduzir potenciais passivos administrativos e trabalhistas e fortalecer a capacidade da ANM de cumprir suas atribuições com regularidade, segurança jurídica e responsabilidade social. Dessa forma, os benefícios esperados transcendem o atendimento imediato da demanda, contribuindo de maneira estruturante para a sustentabilidade organizacional, para a eficiência da gestão pública e para a entrega de valor à sociedade.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas providências administrativas e operacionais indispensáveis à adequada implantação e execução dos serviços de apoio administrativo especializado em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, observando-se as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa nº 40/2020 e das boas práticas de governança recomendadas pelos órgãos de controle.

No que se refere à **organização institucional e operacional do serviço**, caberá à Administração:

- a) **Definir e organizar os horários de atendimento** dos profissionais de psicologia, de modo compatível com a jornada contratual, com as necessidades das unidades atendidas e com a preservação do sigilo profissional;
- b) **Divulgar institucionalmente o Programa de Atendimento Psicológico**, garantindo ampla ciência aos servidores, colaboradores e demais públicos atendidos acerca das formas de acesso, dos objetivos do serviço e das diretrizes de funcionamento;
- c) **Assegurar a liberação dos servidores** para participação nos atendimentos psicoterapêuticos, individuais ou coletivos, quando devidamente autorizados, de modo a não caracterizar prejuízo funcional ou administrativo;
- d) **Providenciar o acesso controlado aos sistemas corporativos necessários à execução do serviço**, tais como sistemas de gestão de pessoas, tramitação de processos SEI e correio eletrônico institucional, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados pessoais;
- e) **Disponibilizar os equipamentos e recursos materiais necessários** à execução dos serviços, inclusive mobiliário, equipamentos de informática e demais itens indispensáveis ao adequado atendimento psicoterapêutico;
- f) **Providenciar sala privativa e adequada** para a realização dos atendimentos psicoterapêuticos presenciais ou remotos, garantindo condições mínimas de privacidade, sigilo, acessibilidade, conforto e adequação ambiental, em consonância com as normas do Conselho Federal de Psicologia e com a legislação vigente.

No âmbito da **governança e fiscalização contratual**, registra-se que a **equipe responsável pela gestão e fiscalização do contrato já foi indicada no Documento de Formalização da Demanda**, razão pela qual não se faz necessária sua reapresentação neste item, em observância ao princípio da economicidade documental e à vedação de redundâncias nos artefatos de planejamento.

Adicionalmente, deverão ser adotadas as providências necessárias à **integração do serviço às políticas institucionais de saúde e qualidade de vida no trabalho**, bem como à definição de **fluxos de comunicação entre a contratada e as áreas técnicas da ANM**, especialmente a unidade de Gestão de Pessoas, de modo a assegurar alinhamento institucional, acompanhamento adequado da execução e efetividade da solução contratada.

Essas providências são essenciais para garantir a adequada implantação da solução, mitigar riscos operacionais, assegurar a continuidade do serviço e viabilizar a fiscalização eficiente do contrato, em consonância com os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e da boa governança administrativa.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, caracteriza-se como atividade essencialmente **intelectual, imaterial e de baixo impacto ambiental**, não envolvendo processos produtivos, uso intensivo de recursos naturais, geração significativa de resíduos sólidos, emissão de poluentes atmosféricos, efluentes líquidos ou riscos ambientais relevantes.

Os serviços serão prestados predominantemente em **ambiente administrativo**, com atendimentos psicoterapêuticos presenciais e remotos, utilização de equipamentos de informática usuais e consumo reduzido de insumos, tais como energia elétrica e material de expediente. Assim, não se identificam impactos ambientais negativos diretos ou indiretos relevantes decorrentes da execução do objeto contratual.

Ainda assim, como medida de **mitigação preventiva e alinhamento às diretrizes de sustentabilidade da Administração Pública Federal**, a execução do contrato observará as seguintes boas práticas ambientais:

- a) **Priorização do atendimento remoto**, sempre que tecnicamente viável e compatível com as necessidades terapêuticas, contribuindo para a redução de deslocamentos, consumo de combustíveis fósseis e emissões de gases de efeito estufa;

b) **Uso racional de recursos materiais**, com estímulo à digitalização de documentos, redução do uso de papel e adoção de fluxos eletrônicos de comunicação e registro, em consonância com as políticas de governo digital;

c) **Adoção de práticas de eficiência energética**, mediante utilização adequada dos equipamentos disponibilizados, observando orientações internas da ANM quanto ao consumo consciente de energia elétrica;

Dessa forma, conclui-se que a contratação não apresenta impactos ambientais significativos, sendo compatível com os princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021. As medidas indicadas asseguram que a execução do contrato ocorra de maneira ambientalmente responsável, preventiva e alinhada às boas práticas de governança pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos técnicos, jurídicos e econômicos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de serviços continuados de apoio administrativo especializado em psicologia, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, **é viável, necessária e razoável** para atendimento das necessidades institucionais da Agência Nacional de Mineração – ANM.

A solução mostrou-se adequada sob os aspectos técnico- operacional, jurídico e econômico, atendendo integralmente aos requisitos definidos, possuindo mercado fornecedor maduro e valores compatíveis com os praticados na Administração Pública Federal, conforme demonstrado nas Notas Técnicas e na Planilha de Custos e Formação de Preços. Ademais, encontra-se alinhada ao planejamento institucional e às diretrizes de governança, promovendo a continuidade de serviço essencial, a eficiência administrativa e o interesse público.

Diante disso, declara-se expressamente a **viabilidade da contratação**, nos termos do inciso XIII do art. 7º da Instrução Normativa nº 40 /2020.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Na qualidade de integrante administrativa da equipe de planejamento, registro ciência do ETP e apoio técnico- administrativo ao prosseguimento das próximas etapas da contratação.

MICHELLE FERREIRA DA CUNHA

Integrante Administrativa



Assinou eletronicamente em 19/12/2025 às 18:39:36.

Despacho: Na qualidade de autoridade demandante, aprovo o Estudo Técnico Preliminar e autorizo o prosseguimento da contratação, nos termos da legislação e normativos vigentes.

Documento assinado digitalmente



ALINE FERNANDES DAS CHAGAS
Data: 22/12/2025 08:35:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ALINE FERNANDES DAS CHAGAS

Autoridade Administrativa Demandante

Despacho: Na qualidade de responsável técnica da área requisitante, manifesto concordância com o ETP e encaminhamento para as providências subsequentes do planejamento da contratação.

PEDRINA VIANA GOMES

Responsável Técnica da Demanda